



## É tempo de dizer Basta!

A todos quantos não se conformam nem se resignam perante um rumo de declínio que agrava os problemas do país e empobrece os trabalhadores e o povo.

A todos quantos sabem, e sentem nas suas vidas, que a política que estão a impor ao país só lhes acrescenta exploração, privações, dificuldades e incertezas quanto ao futuro.

A todos quanto sabem e acreditam que há uma política alternativa e um outro rumo capaz de afirmar os direitos dos trabalhadores e do povo e elevar as suas condições de vida, assente na promoção da produção nacional, na valorização dos salários e reformas, no controlo público dos sectores e empresas estratégicas.

A todos quantos vêem cortados os seus direitos de acesso à saúde, às prestações e apoio social, à segurança e estabilidade no emprego, ao direito à habitação, aos transportes e serviços públicos.

É tempo de não calar mais a indignação e a revolta de cada um e de as transformar na acção e na luta de todos que há-de ser capaz de derrotar esta política ruinosa.

É tempo de cada um fazer ouvir a sua voz e engrossar a corrente dos que erguem como imperativo nacional a exigência de rejeição do Pacto de Agressão que as troikas estrangeira e nacional estão a impor ao país e aos portugueses.

É tempo de afirmar a alternativa na luta.

**No próximo dia 14 de Novembro vamos dar mais um passo para Pôr Fim ao Desastre!**

**No próximo dia 14 de Novembro vamos parar para o país avançar!**

**No Próximo dia 14 vamos fazer Greve Geral!**



### JUNTA-TE A NÓS! LUTA E RESISTE COM O PCP

#### Ficha para contacto

Se pretende aderir ou colaborar com o PCP preencha os seguintes dados os quais nos permite contactar consigo

NOME \_\_\_\_\_

MORADA \_\_\_\_\_

CÓDIGO POSTAL \_\_\_\_\_

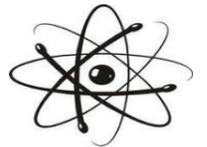
TELEFONE \_\_\_\_\_ E-mail \_\_\_\_\_

Recorte e envie para:

[www.pcp.pt](http://www.pcp.pt)



# O NÚCLEO



## Regime jurídico de contratação de doutorados (Investigadores FCT)

O Governo tem em preparação um diploma que estabelece o regime jurídico de contratação de doutorados, que se destina a substituir a contratação de Doutorados que tem vindo a ser feita pelos Programa Ciência. Com a novidade de que os contratos passam a ser estabelecidos entre a FCT e o investigador, sendo este livre de indicar a sua(s) instituição/ões de acolhimento. A aprovação desta diploma e este tipo de contratos que tem os seus fundamentos nas orientações ultra-liberais das políticas em curso, vem trazer 3 grandes ordens de problemas:

1. Se, como é afirmado no preâmbulo, se pretende ter "uma política de emprego científico que assegure a integração de recursos humanos altamente qualificados e internacionalmente competitivos no Sistema Científico Tecnológico Nacional

(SCTN), tendo em vista o desenvolvimento, consolidação, renovação e sustentabilidade do próprio Sistema" isso deve ser feito através de uma carreira estável (para os investigadores e para as instituições) e com direitos. Essa carreira já existe, é a Carreira de Investigação Científica definida no DL 124/99, e tem mecanismos bem definidos de ingresso, avaliação e progressão. O que é necessário é proceder à abertura de concursos que permitam enquadrar estes colegas e responder às necessidades de pessoal das instituições de investigação. A criação de uma carreira paralela (mas utilizando a CIC como referência) contribui para minar a Carreira de Investigação e serve de justificação para manter o bloqueio de progressões e contratações na CIC.

2. Mantém e agrava a situação de precariedade

desses investigadores, sujeitos a contratos a termo anuais (até um máximo de 5 anos), onde as condições laborais nas instituições de acolhimento não estão definidas, nomeadamente quanto ao horário de trabalho e benefícios sociais e sem quaisquer garantias de futuro e de uma carreira estruturada. O projecto apresenta não respeita recomendações da "Carta Europeia do Investigador", assinada por Portugal, e inclusive contradiz em alguns aspectos o regime de contrato de trabalho em funções públicas.

3. Coloca as instituições de acolhimento reféns dos projectos individuais de cada investigador, retirando-lhes capacidade de planeamento quanto às suas necessidades de quadros, de definição de linhas estratégicas, de afectação de pessoal a projectos prioritários, coloca problemas sérios à

formação de equipas em projectos de longa duração e/ou em rede e levanta inúmeros problemas referentes à inclusão desses investigadores em projectos internacionais ou de natureza administrativa. A apresentação deste projecto integra-se na actual ofensiva violenta sobre direitos e condições de trabalho, negando o direito a um futuro estável a pessoal altamente qualificado o qual, lembremos, não tem sequer direito a subsídio de desemprego. Os colegas sujeitos a este regime de contratos têm razões mais do que suficientes para se juntarem à luta contra esta política e à defesa de uma política de ciência e tecnologia ao serviço do País (ver artigo neste boletim), sem esquecer a participação na próxima Greve Geral de 14 de Novembro.

## A propósito do Regulamento do Pólo de Loures do IST

Em Setembro tivemos conhecimento da aprovação pelo Conselho de Gestão do IST de um Regulamento para o Pólo de Loures, instituindo dois órgãos de gestão: a Comissão de Gestão, com funções executivas e um órgão consultivo, a Comissão Coordenadora. A esta última compete dar parecer sobre aspectos do plano de desenvolvimento estratégico do IST referentes ao pólo, sobre os planos de actividade e de segurança para o pólo e sobre o seu orçamento, entre outros assuntos. Em nenhum destes órgãos há a participação de membros eleitos, sendo compostos por membros nomeados pelo Conselho de Gestão do IST ou por inerência (responsáveis das unidades de investigação e dos serviços) nem está previsto qualquer mecanismo de consulta que permita ouvir a opinião de



quem trabalhe no pólo. Se quanto aos investigadores se possa considerar que a sua auscultação é assegurada através dos responsáveis de unidades de investigação – que se espera que venham a ser eleitos – já quanto aos restantes trabalhadores nada está previsto. A solução encontrada neste regulamento não promove o envolvimento responsável dos diferentes corpos nem respeita o direito de participação e auscultação que tem sido ponto de honra da Universidade e em particular do IST. É um indício negativo de uma forma de gestão e que se espera não se concretize.

## Editorial

O Mundo está em contínua mudança e todos fazemos parte dela. Está nas nossas mãos determinar o rumo a seguir. Desde a última edição de "O Núcleo", o boletim dos comunistas no Campus Tecnológico e Nuclear, assistimos a importantes mudanças e movimentações, por todo o Mundo mas também aqui no nosso local de trabalho, a que não nos podemos alhear. O capitalismo aguça a sua natureza agressiva, destruidora e exploradora como única forma possível (dentro do sistema) para manter o seu domínio de classe nesta sua

crise sistémica. Em Portugal as conquistas democráticas de Abril estão ameaçadas pelo saque aos direitos de quem trabalha, à economia. A Função Pública e o Sistema Científico e Técnico Nacional (SCTN) não são excepção e neste número debruçamo-nos sobre estes ataques, as suas consequências a não ser em travados e as propostas do PCP para a alternativa cada vez mais necessária.

O ITN foi integrado no IST e muitas mudanças estão em curso. Se, como já vínhamos denunciando, muitas coisas havia que não podiam conti-

nuar como estavam, e podemos dizer que um novo rigor na gestão permite perspectivar condições para algumas melhorias, a verdade é que o Ensino Superior está a sofrer um ataque sem precedentes que promove tendências privatizadoras e a empresarialização da educação, do ensino e da investigação científica. A participação democrática dos trabalhadores e a sua unidade são determinantes para garantir uma gestão livre de interesses particulares mas ao serviço do SCTN e de quem nele trabalha. Ninguém é mais interessado no sucesso da empresa/instituição do que quem nela trabalha.

### Situação orçamental no Instituto Superior Técnico.

O anúncio, na comunicação social, de que o IST pode vir a encerrar temporariamente, levou os deputados comunistas a solicitar ao Governo, a resposta às seguintes questões:

1. Tem o Governo conhecimento das posições do IST perante o OE2013?
  2. Que alertas teve o Governo da parte da direcção dessa instituição sobre a persistência do valor das transferências previstas? e de outras instituições?
  3. Como vê o Governo a possibilidade de ser encerrada uma estrutura do Sistema Científico e Tecnológico Nacional com a importância do IST, ainda que temporariamente?
  4. Como funcionarão as prestações de serviços de C&T fundamentais para a segurança, nomeadamente as garantidas pelo ITN, agora integrado no IST?
  5. Que medidas tomará o Governo, no imediato, para garantir o funcionamento regular das Instituições de Ensino Superior Público e para assegurar o respeito pelos direitos dos trabalhadores dessas instituições?
  6. Está o Governo a preparar alguma alteração na Lei de Bases do Financiamento do Ensino Superior?
- Mais em:  
<http://www.pcp.pt/assembleia-republica/perguntas-ao-governo?page=3>

# ÁLVARO CUNHAL

CENTENÁRIO

Agenda em: <http://alvarocunhal.pcp.pt/>

## Lei do OE2013 corta os salários, pensões, subsídios e direitos fundamentais dos trabalhadores e aposentados da Função Pública:

O governo quer continuar a cortar os salários e pensões e voltar a concretizar em 2013 o roubo dos subsídios de Natal e de férias (ainda que, no caso deste último, de outra forma). Além deste escandaloso roubo, o governo apresenta outras medidas para empobrecer os trabalhadores e lhes retirar direitos sócio-laborais, a fim de garantir a continuidade da acumulação de lucros nos capitalistas. Vejamos mais alguns exemplos:

-Despedir entre 40.000 a 50.000 trabalhadores da Administração Pública (Central, Regional e Local);  
 -Reduzir o pagamento do trabalho extraordinário para ¼ do seu valor;  
 -Aumentar o IRS, sobretudo para quem auferir vencimentos intermédios, e impor uma sobretaxa de

4%, o que, só por si, equivale ao roubo de 60% de uma remuneração mensal;

-Antecipar a transição do regime das reformas da CGA para a Segurança Social, não só aumentando de imediato a idade de reforma para os 65 anos, mas também reduzindo o valor da chamada Pensão 1 (até 31/12/2005), esta redução teria eficácia retroactiva, o que é ilegal, e aplicar-se-ia também aos pedidos de aposentação requeridos antes da publicação da lei e que só fossem despachados posteriormente.

É preciso denunciar que com esta política o que se pretende é acabar com a Administração Pública em Portugal e menosprezar os seus Trabalhadores.

## Medidas para a Dinamização do Sistema Científico e Técnico Nacional

A situação nacional, no que diz respeito às políticas de Ciência e Tecnologia, é caracterizada por um longo processo de desinvestimento em recursos humanos e materiais.

O Ensino Superior, um dos elementos centrais das actividades de I&DE, tem sido sujeito a anos consecutivos de desinvestimento e de financiamento significativamente abaixo das necessidades básicas de funcionamento, sendo que grande parte das instituições de Ensino Superior Público não dispõe de financiamento suficiente para fazer frente às despesas permanentes, entre as quais os próprios salários dos funcionários docentes e não docentes. Mesmo considerando a cobrança de propinas de valor muito acima do salário mínimo nacional (mais do dobro), as instituições não dispõem de orçamento com suficiente liquidez para assegurar as necessidades de gestão diária e corrente. O investimento, através de PID-DAC, cessou completamente nos últimos anos, o que não permite às instituições fazer frente às necessidades de investimento que neste domínio são permanentes. A política economicista de sucessivos governos, elevada à categoria de verdadeiro desastre pelo presente Governo, faz com que a gestão de recursos humanos assente quase exclusivamente na utilização de bolseiros de investigação Científica e na contratação precária de trabalhadores.

Só com uma política para a Ciência e Tecnologia que parta das capacidades e do potencial científico e técnico existentes, que aspire a promovê-los e a articular as diversas dimensões das actividades de I&DE com a indústria e as demais reais necessidades do país, será possível abrir caminho a um verdadeiro desenvolvimento integrado assente no Conhecimento e tendo como objectivo central a melhoria das condições de trabalho e de vida do povo português.

**Nesse sentido o grupo parlamentar do PCP apresentou um projecto de resolução que recomenda ao governo que:**

- Até 2015, crie condições objectivas para preencher pelo menos 8500 lugares de técnico nas instituições e

grupos de investigação activos no sector público, reduzindo assim aquele défice em cerca de 50%, a manter-se o número de investigadores activos.

- Defina um plano detalhado de prioridades de investigação nos vários sectores que interessam à economia e aos serviços, com ampla participação, incluindo de representantes da comunidade científica.

- Revitalize o Conselho Superior de Ciência e Tecnologia e alargue as suas competências estatutárias.

- Elabore de forma participada um Programa Mobilizador dos Laboratórios do Estado, tendo em conta a contribuição que os laboratórios devem poder dar para a satisfação das necessidades do país e - não apenas, mas também - os recursos humanos, de equipamentos e instalações, actualmente existentes nesse sector do SCTN.

- Promova o reequilíbrio da distribuição da força de trabalho científico empregada no sector público, designadamente do pessoal investigador, tendo em conta o seu número actual e a sua evolução futura, bem como as necessidades e prioridades dos diferentes domínios de actividade de I&DE, mantendo as instituições de Ensino Superior ou a elas associadas como principal suporte da investigação livre, básica ou fundamental, e os laboratórios do Estado e outras instituições públicas com actividades de C&T como principal suporte da investigação aplicada, desenvolvimento experimental e inovação tecnológica, orientados para as necessidades dos serviços públicos e das empresas.

- Adote um modelo de escolha e designação dos dirigentes dos laboratórios e instituições públicas de I&D, conforme com as linhas orientadoras definidas na RCM124/2006, de 3 de Outubro, e ainda não aplicado.

- Faça dotar a FCT de pessoal qualificado permanente, abolindo o recurso ao trabalho precário de *bolseiros-funcionários*; revitalize os respectivos órgãos; garanta a transparência de gestão e a agilidade técnica dos processos concursais.

XIX **PCP**  
Congresso

Almada - 30 Nov. 1 e 2 Dez. 2012

Democracia e Socialismo  
Os valores de Abril  
no futuro de Portugal

Está em preparação o XIX Congresso do PCP, a realizar nos próximos dia 30 de Nov. e 1, 2 de Dez. em Almada. Os documentos:

- Projecto de Alterações ao Programa do PCP, Uma Democracia avançada - Os valores de Abril no futuro de Portugal,
  - Projecto de Resolução Política,
  - Regulamento para o debate no Partido e eleição de delegados ao XIX Congresso do Partido Comunista Português,
- Podem ser consultados em: <http://www.pcp.pt/xix-congresso-pcp>